

O que é a análise socioeconômica?

A análise socioeconômica pode ser requerida pelos cidadãos que desejam requerer a tarifa mínima por 6 (seis) meses (Art. 77) ou a possibilidade de parcelamento em até 20 vezes (Art. 76, §2º), conforme previsão na [Lei Municipal nº 4.131/2007](#).

O que devo fazer para solicitar a minha análise socioeconômica?

Para passar pela análise socioeconômica há a possibilidade de se abrir um processo administrativo na Divisão de Protocolo e Arquivo, do DAEV. Para atendimento, nesse momento da pandemia de COVID-19, é preciso fazer agendamento por meio do telefone (19) 2122-4413 ou 2122-4414. A Divisão de Protocolo e Arquivo atende de segunda a sexta-feira, das 8 às 13 horas. Para abertura do processo administrativo, o(a) requerente fornecer a cópia simples da seguinte documentação:

- requerimento ([baixe o modelo clicando aqui](#));
- cópia simples do RG e do CPF;
- cópia simples da conta de água;
- se não titular, cópia simples do RG e do CPF da pessoa que é titular da conta.

Veja abaixo quais são os documentos que serão necessários à análise socioeconômica.

Quais documentos serão requeridos à análise socioeconômica?

Ainda no ato da abertura do processo administrativo, para análise socioeconômica, o(a) requerente deve fornecer a cópia simples dos documentos pessoais de todos os membros da família:

- RG e CPF ou CNH;
- certidão de nascimento (em caso de crianças);
- certidão de casamento.

Junto aos documentos acima, o(a) requerente também deve fornecer a cópia simples da documentação de todos os membros da família:

- da Carteira de Trabalho e Previdência Social, da página de identificação do trabalhador (que constam nome e foto) e da página com o último registro de trabalho e da página seguinte;

- dos últimos dois holerites de todos os membros da família;
- caso trabalhe autônomo(a), fornecer uma declaração de próprio punho constando a renda mensal recebida;
- informar a relação de gastos mensais e apresentar os comprovantes (energia elétrica, aluguel, alimentação, internet, IPTU, transporte, seja combustível ou ônibus; condomínio, educação, plano de saúde, financiamentos, etc.);
- contrato de aluguel e comprovante de pagamento dos últimos dois meses;
- se aposentado ou pensionista, fornecer o extrato de Benefício da Previdência Social atualizado ou o extrato do Regime Estatutário (se servidor público).

O(a) requerente também deverá responder ao questionário abaixo ([baixe aqui o documento modelo](#)):

- 1) Qual a sua escolaridade?
- 2) Alguém da família possui problemas de saúde? Especificar o nome e qual problema a pessoa possui.
- 3) Recebem algum benefício social: bolsa família, Benefício de Prestação Continuada (BCP), para deficientes ou outro? Qual o valor recebido?
- 4) A residência é própria, alugada, cedida?
- 5) Possui veículo?
- 6) Qual é o estado civil do(a) requerente?
- 7) Recebe pensão dos filhos ou por falecimento do marido?
- 8) Recebe alguma ajuda financeira de alguém? Em caso positivo, qual o valor?

Com as respostas às perguntas acima, o requerente também deve preencher o valor dos seus gastos mensais em tabela ([baixe aqui o documento modelo](#)), assim como, apresentar comprovantes que certifiquem os valores (em R\$) das despesas com:

- água, luz, telefone, internet, IPTU, internet;
- alimentação;
- transporte (combustível, ônibus, van);
- aluguel e/ou condomínio;
- educação, plano de saúde, financiamentos;
- outros (especificar).

Após a abertura do processo administrativo, o caso será direcionado à análise socioeconômica e o(a) requerente será contatado(a), para dar início ao procedimento de análise do caso.